



## **OS DESAFIOS ACERCA DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO INDIVIDUAL EM SALA DE AULA: QUAIS FORMAÇÕES? QUAIS DEMANDAS?**

Joaquina Ianca Miranda <sup>1</sup>

Kassia Tayná Favacho Farias <sup>2</sup>

Luanna Gabrielle N. M. de Oliveira <sup>3</sup>

Isabela Raiana Silva Rodrigues <sup>4</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho objetiva identificar quais são as maiores dificuldades dos professores em termos de adaptação curricular para o atendimento especializado individual em sala de aula. Além disso, o estudo nos permite debater soluções para engendrar informações aos professores, com o intuito de auxiliá-los em suas ações pedagógicas para que, de fato, a inclusão dos alunos com necessidades especiais aconteça. O interesse em realizar tal processo de inquirição surgiu por meio do estágio supervisionado de gestão e coordenação em ambientes escolares integrado no currículo do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Pará. A experiência nos permitiu dialogar com uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a qual relatou que mesmo que a inclusão de alunos especiais exista, ainda são perceptíveis as dificuldades dos professores em relação ao planejamento e à articulação dos conteúdos previstos pelas disciplinas obrigatórias da estrutura curricular. Após a experiência relatada no estágio, foi aplicada a pesquisa bibliográfica de documentos que tratam da referida temática, com o intuito de entender a formação de professores que atuam na área e estabelecer demandas para o aprimoramento da aprendizagem de alunos que necessitam do atendimento educacional especializado. Dessa forma, permitindo que a educação de fato se torne universal, democrática e de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Adaptação Curricular. Atendimento especializado. Inclusão. Formação de Professores.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem o objetivo de discutir as dificuldades acerca da adaptação de materiais didáticos, enfrentadas por professores que vivenciam na prática o atendimento educacional especializado individual em sala de aula. Além de identificar meios que possam contribuir para

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, joaquinaianca@email.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, luadecristal266@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, isabelarodrigues0609@gmail.com;

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, kassia.favacho@gmail.com;



o desenvolvimento e aprimoramento da aprendizagem de alunos que necessitam desse tipo de atendimento.

O interesse em realizar tal processo de inquirição surgiu durante uma conversa com a professora do Atendimento Educacional Especializado da Escola Estadual de Ensino Médio Raymundo Martins Vianna, onde a disciplina de Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação em Ambientes Escolares foi desenvolvida como integração do currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará. A professora nos alertou para o fato de que, mesmo que o Atendimento Educacional Especializado funcione em conexões com os professores e a coordenação, ainda há uma dificuldade por parte de alguns docentes em produzir materiais adaptados para os alunos que são atendidos pelo AEE, fazendo com que a professora do AEE, algumas vezes, elabore sozinha trabalhos e provas para esses discentes. A partir disso, este estudo pretende mostrar aos professores da sala de aula regular que, em termos de inclusão escolar, faz-se necessária a ação conjunta com os professores do AEE, no intuito de buscar a melhor maneira de trabalhar com as limitações de cada aluno.

Isso posto, partimos para a questão das demandas necessárias para que esses desafios sejam sanados, tendo em vista que debater esse assunto é de suma importância para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com necessidades especiais e a inclusão desses nas instituições escolares. Nessa perspectiva, Mantoan (2006), ao tratar da educação inclusiva, explica que todas as crianças necessitam de acesso e permanência nos estabelecimentos de ensino regular, em todos os níveis da educação, independentemente das dificuldades individuais e suas diferenças, de forma que se promova a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal.

## **METODOLOGIA**

Após o relato de experiência vivenciada pela professora do AEE, fez-se necessário dividir a pesquisa em duas etapas, quais sejam: a etapa de base bibliográfica, que permitiu estabelecer um diálogo com a literatura produzida sobre o tema da educação especial e formação de professores (BUENO, 1999; GLAT; NOGUEIRA, 2003; MELLETI, 2013; SILVA, 2011); e a etapa de base documental, consubstanciada em documentos legais que garantem o acesso, inclusão e permanência de pessoas com necessidades especiais nas instituições escolares (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996; Lei Orgânica do Distrito Federal, 1993).



## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

De acordo com Melletti (2013), a Educação Especial se constitui como uma modalidade de educação que desenvolve um ensino diferenciado por meio de metodologias didáticas específicas, afim de atender às limitações que algumas crianças possuem, podendo ser físicas ou cognitivas. Em termos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) destaca no seu artigo 58 que “a educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Nesse contexto, percebe-se a obrigatoriedade da inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, em vista do seu desenvolvimento cognitivo e social. No entanto, Glat e Nogueira (2003) explicam que existem várias barreiras para que a lei da política de inclusão se torne concreta e eficaz no cotiando escolar, que muitas vezes são caracterizadas pelo desespero dos professores do ensino regular em atender a uma demanda grande de alunos que geralmente chegam com problemas de disciplina e aprendizagem. Dessa forma, os professores se deparam com as dificuldades de superar as necessidades de aprendizagem de todos os alunos, inclusive daqueles portadores de deficiência.

Diante disso, é indubitável ressaltar a experiência relatada pela professora do AEE da Escola Raymundo Martins Viana, pois muitas vezes é preciso que a mesma elabore sozinha provas e trabalhos para os alunos com necessidades especiais, sem a articulação dos demais professores, devido à falta de especialização dos mesmos em atender a essa demanda. Tal afirmação contradiz o que prevê o inciso III do artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que garante ao contexto da educação inclusiva “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (LDB, 1996, n.p.). Com isso, nota-se a importância da capacitação e articulação dos professores do ensino regular e os professores do AEE em benefício do aprimoramento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

De acordo com Silva (2011), a reforma na legislação aconteceu de forma abrupta, imposta sem investimento na formação dos profissionais da educação e sem um estudo sobre os impactos que tal inclusão provocaria nos alunos, profissionais e familiares. A partir disso, observa-se que os investimentos não deram muito resultado no que concerne ao preparo dos



profissionais do ensino regular. Por outro lado, a Lei Orgânica do Distrito Federal (1993), em seu artigo 229, define que “Cabe ao Poder Público assegurar contínua formação e especialização de todos os profissionais da educação básica”. Nesse contexto, a LDB (1996) também garante serviços de apoio especializado na escola regular para atender às peculiaridades da clientela da Educação Especial. A referida lei assegura, no seu art. 232, o Atendimento Educacional Especializado em todos os níveis, aos superdotados e aos portadores de deficiência, à medida do grau de deficiência de cada indivíduo, preferencialmente ministrados em rede regular de ensino, resguardadas as necessidades de acompanhamento e adaptação. Dessa forma, percebe-se que a legislação assegura a especialização de professores para que atuem em sala de aula, incluindo a formação de docentes que trabalham no acompanhamento e adaptação curricular no atendimento da educação de alunos com necessidades especiais.

Em “Documento de Identidade: Um Introdução às Teorias do Currículo”, Tomaz Tadeu da Silva (1999) apresenta dois deslocamentos, mas aqui será evidenciado apenas o primeiro: que seria proporcionado pelas Teorias Críticas ao demarcar o campo do currículo como espaço de poder, ou seja, de luta por hegemonia em torno de projetos de escolarização, onde estão situadas e em movimento as antinomias imposição/resistência e domínio/oposição. Ou seja, o próprio currículo necessita ser mais amplo, incluir a realidade do aluno deficiente, suas especificidades e novas metodologias de aprendizagem para que a educação faça sentido para ele e, por esse motivo, seria de grande importância ter a presença do estágio supervisionado na área da educação inclusiva para auxiliar o aluno a agir perante várias realidades, propondo um projeto de intervenção diante do que foi executado, como um primeiro contato do discente na graduação.

Diante disso, percebe-se que o ensino de alunos com necessidades especiais no contexto da educação inclusiva envolve dos tipos de formação profissional docente, os quais são denominados por Bueno (1999) de professores “generalistas” do ensino regular, que devem ter o mínimo de conhecimento e prática sobre os alunos especiais; e os professores “especialistas” nas diferentes necessidades educativas especiais. Tais profissionais devem estar preparados e capacitados na modalidade da Educação Especial, seja para o atendimento direto a essa população, seja para o apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares (GLAT; NOGUEIRA, 2003, p. 134).

De acordo com a Declaração de Salamanca (1997), é preciso que os professores tenham uma preparação apropriada para promover o progresso das instituições no que concerne às escolas inclusivas. É importante, também, que os estudantes em formação recebam orientação



positiva acerca da deficiência, desenvolvendo assim um maior entendimento do que se pode alcançar nas escolas. Como forma de preparação, a Declaração de Salamanca define como forma prioritária: “Materiais escritos deveriam ser preparados e seminários organizados para administradores locais, supervisores, diretores e professores, no sentido de desenvolver suas capacidades de prover liderança nesta área e de aposta e treinar pessoal menos experiente” (1997, p. 11).

## **ADAPTAÇÃO CURRICULAR E SEUS DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA**

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2019, n.p), que abordou os direitos dos alunos com necessidades especiais perante o processo educacional que o mesmo está inserido, em seu artigo 24 faz uma análise sobre a educação, evidenciando pontos pertinentes para que esse direito seja assegurado:

a) as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação da deficiência; b) as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; c) adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; d) as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e) medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

A Declaração de Salamanca (1997) se refere também à questão da Adaptação Curricular, onde, nas práticas de treinamento de professores, os mesmos tenham autonomia para que apliquem suas habilidades na adaptação do currículo, a fim de atender às necessidades do aluno, assim como colaborar com os especialistas e com os pais. Silva (2011) destaca que, para que possam decidir em quais aspectos deve incidir a adaptação, é preciso que o professor reconheça as peculiaridades do aluno, uma vez que as adaptações acontecem conforme os objetivos de cada área, critérios avaliativos ou aos métodos pedagógicos. Sendo assim, tal decisão se caracteriza como criteriosa, pois deve ser tomada com bastante responsabilidade para que os envolvidos estejam seguros acerca de sua decisão.

De acordo com Nascimento (2014), é preocupante que muitas instituições escolares ainda não assegurem uma educação de qualidade e têm uma prática que é mais excludente do que inclusiva. Grande parte das escolas não possuem acessibilidade e adaptações curriculares



para amparar o aluno deficiente. A escola deve ser um local onde o processo educacional seja totalmente inclusivo, desde ações no projeto político pedagógico, até cursos de capacitação e formação continuada para o corpo técnico ativo na escola.

Visto que os alunos têm suas peculiaridades, a adaptação curricular é uma das estratégias que vem ser utilizada a modo de proporcionar a inclusão, de acordo com Marchesi (2004, p. 38 apud Silva, 2011, p. 14):

Os alunos são diferentes em seus ritmos de aprendizagem e em seus modos pessoais de enfrentar o processo educacional e a construção de seus conhecimentos. A atenção às diferenças individuais educativas faz parte também de todas as estratégias educativas que se assentam no respeito à individualidade de cada aluno. Um respeito que, no caso dos alunos com necessidades educativas especiais, exige que se proporcione uma educação adaptada às suas possibilidades.

Um aspecto que é preciso destacar é o uso das tecnologias como um recurso metodológico para que venha auxiliar o trabalho docente. É preciso um profissional capacitado para que faça uso de tais tecnologias. Além dos recursos tecnológicos, é necessário saber que o professor necessita da sala de recursos, família e da equipe de direção. É indispensável que seja prestado o apoio para que o professor possa modificar sua prática, favorecendo assim a aprendizagem do aluno. O docente é uma peça imprescindível para fazer com que a inclusão aconteça de fato, portanto, é preciso que ele esteja habilitado e capacitado para atuar em conjunto dos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realidade observada na Escola Raymundo Martins Viana nos direcionou ao questionamento acerca das dificuldades vividas por professores que trabalham na perspectiva da inclusão de alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado individual em sala de aula. A partir deste estudo, foi possível concluir que a inclusão de crianças com necessidades especiais ainda é incipiente para o grande quantitativo de direitos que são assegurados por lei. Contudo, ainda é notória, na grande maioria das escolas, a falta de estrutura e instrução adequada de alguns professores para trabalhar e articular medidas de aprimoramento para o desempenho de alunos portadores de deficiências e com necessidades especiais. Compreende-se, portanto, que a formação docente é parte indispensável na construção das mudanças desejadas na educação e na sociedade. A inclusão escolar torna-se uma política ilusória, a julgar pelo despreparo dos professores, visto que é impossível existir uma escola dita inclusiva se a formação docente não for de fato. É no ato da formação docente que os subsídios



para a prática reflexiva, que se fazem necessários à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, deverão ser discutidos e consolidados, por meio de uma mediação através da equidade como instrumento primordial da ação educativa. Portanto, é necessário que se concretize não somente a garantia do ingresso, como também a permanência desses alunos nas escolas regulares, a partir da formação continuada de professores que estejam capacitados e empenhados a desenvolver mecanismos de aprendizagem de acordo com as necessidades e dificuldades de cada aluno. Por isso, se faz preciso pensar em uma educação inclusiva, que possibilite o desenvolvimento pleno da criança que necessita de um maior amparo técnico. Assim, contribuindo para a sua aprendizagem e a socialização com as demais crianças no decorrer do seu efetivo processo formativo, bem como o seu conhecimento de mundo.

## REFERÊNCIAS

- BONFIM, S. M. (Org.). Legislação sobre pessoa com deficiência. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.
- BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 3. n. 5, p.7-25, 1999.
- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília: Corde, 1997.
- DISTRITO FEDERAL. Lei Orgânica do Distrito Federal. 3. ed. Brasília: Camara Legislativa, 2005.
- GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lúcio de Lima. Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil. *Comunicações*, v. 10, n. 1, p. 134-141, 2003.
- MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio a navalha. *Educação*, v. 58, n. 1, p. 55-64, 2006.
- MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades*. Campinas: Mercados de Letras, 2013.
- NASCIMENTO. L. B. P. *A importância da inclusão escolar desde a educação infantil*. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 5 out. 2020.

SILVA, M. D. R. Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva. 2011. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão) – Universidade de Brasília-UNB, Brasília, 2011.

SILVA, T. T. da. Documento de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.